

ATA NÚMERO 178/XII/3ª SL

19.fevereiro.2014 – 10h00

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 03, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Doutor António Brandão Moniz, do Grupo de Estudos de Avaliação de Tecnologia-GrEAT), sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar - 10h00

5. Audição por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, da Associação Nacional dos Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT) e da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) sobre os riscos e ameaças a que o Sistema Tecnológico e Científico Nacional está sujeito - 11h00.

6. Petição n.º 332/XII/3.ª da iniciativa de MaisLisboa.org. que solicitam “Salvem o cinema Londres”.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado Relator: CDS-PP**

7. Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1380/2013 e o Regulamento (UE) n.º 1306/2013 no que respeita ao regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino COM(2014) 32.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: PS**
- **Apresentação do Parecer na reunião de 11 de março de 2014**

8. Data da próxima reunião

Dia 19 de fevereiro de 2014 – 18h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Presidente da Comissão pôs à consideração se havia acordo para se discutir, incluindo na Ordem do Dia, a proposta do PS de visita ao Instituto de Odivelas (IO) e ao Colégio Militar (CM), em conjunto com a Comissão de Defesa Nacional, para avaliar e acompanhar a integração do IO no CM, neste 1º ano letivo em que ocorreu esta fusão.

Dado que não havia informação sobre o ponto de situação da matéria na Comissão de Defesa, o Deputado Amadeu Albergaria (PSD) disponibilizou-se para a obter, para posterior análise e tomada de posição na Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Tendo o BE solicitado a discussão na reunião do Projeto de Resolução 949/XII (BE), *Recomenda uma auditoria ao Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual*, indicou entretanto que tinha resolvido reponderar a iniciativa, pelo que posteriormente daria indicação sobre a sua discussão.

O Presidente da Comissão pôs à consideração se havia acordo para se discutir, incluindo-o na Ordem do Dia, o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, que requer a audição do Ministro da Educação e Ciência, para que sejam prestados esclarecimentos sobre a reforma da rede do ensino superior.

Dado que o requerimento tinha sido distribuído com menos de 24 horas em relação à reunião, não houve consenso para a sua inclusão na Ordem do Dia, sendo agendado para a reunião seguinte.

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas n.ºs 176/XII e 177/XII, respetivamente, de 11 e 12 de fevereiro de 2014, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Tendo-se levantado uma questão em relação à grelha de tempos para a audição da PARVALOREM, por requerimento do PS, foi consensualizado que a intervenção daquela entidade seria de 15 minutos iniciais, mais 15 minutos finais.

3.2. Iniciativas Legislativas que baixaram à CECC:

3.2.1. O Presidente da Comissão informou que tinha baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 513/XII (BE), *Determina a inventariação e classificação do espólio de bens culturais da Parvalorem, da Parups e outros ativos incluídos no perímetro da nacionalização do BPN*, tendo sido distribuído ao PCP.

Indicou ainda que a apresentação da iniciativa na Comissão teria lugar no dia 26 de fevereiro e a apreciação do respetivo parecer seria agendada para 4 de março.

Por proposta do deputado Michael Seufert (CDS-PP) foi consensualizado equacionar com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública a eventual remessa de um parecer sobre a iniciativa, no âmbito das competências daquela Comissão.

3.2.2. Prestou depois informação de que a PPL 192/XII (Governo), *Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro*, baixou à Comissão em 14 de fevereiro, para apreciação na especialidade, estando disponíveis na mesma os contributos das entidades que tinham

sido recebidos.

Apresentou ainda a seguinte proposta de calendarização da apreciação na especialidade:

1. Apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares - Até ao final do dia 26 de fevereiro
2. Distribuição imediata das propostas de alteração
3. Distribuição do mapa comparativo das propostas – Até ao final do dia 27 de fevereiro
4. Discussão e votação das propostas de alteração e da PPL - Reunião da CECC de 4 de março

A Deputada Inês de Medeiros (PS) propôs depois que a discussão e votação na Comissão tivessem lugar apenas no dia 11 de Março, o que foi aceite, tendo sido aprovada a calendarização proposta, com esta alteração.

3.3. O Sr. Presidente comunicou que foram recebidos na Comissão os pedidos de audiência abaixo, relativamente aos quais foi decidido o seguinte:

- Conselho Nacional de Juventude, para apresentação da nova direção. A audiência será concedida pelo Presidente da Comissão, numa reunião aberta a todos os Deputados.
- Um grupo de cidadãos, que representam 10 associações de encarregados de educação de crianças com necessidades especiais, para partilha de preocupações e reflexões e apresentação de propostas. Esta audiência será concedida pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial

3.4. Relativamente à Conferência sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar, agendada para os dias 7 e 8 de abril, o Sr. Presidente recordou que foi enviado convite a todos os membros da Comissão para estarem presentes na conferência, no dia 8 de abril, e para a receção e jantar, no dia 7 de abril, no Palácio dos Condes d'Óbidos, pelas 18h00.

Chamou ainda a atenção para a necessidade de a Comissão indicar o Deputado que irá participar num dos painéis de discussão, no dia 8 de abril, conforme consta do programa.

3.5. Recordou que se encontra agendada, para o dia 20 de fevereiro, a visita ao Centro Nacional de Formação de Golfe do Jamor, de acordo com o seguinte programa:

- 11h30 Reunião na Sede, para apresentação da Federação Portuguesa de Golfe
- 12h15 Partida para o Campo de Golfe do Jamor
- 12h30 Visita às instalações do Centro Nacional de Formação de Golfe e respetivo Campo de Golfe do Jamor

3.6. Relativamente à visita da Comissão ao Campo Militar de Aljubarrota, no dia 10 de março de 2014, foi consensualizado o seguinte programa, já aceite pelo Sr. Presidente da Câmara de Porto de Mós:

- 10h00 Receção no Salão Nobre da Câmara Municipal de Porto de Mós
- 10h30 Apresentação do Processo de Classificação de S. Jorge, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Porto de Mós
- 11h00 Visita ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota (S. Jorge) e respetiva ZEP - Zona Especial de Proteção.

- 11h45 Receção no edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal da Batalha
12h00 Apresentação na Sala de Sessões do projeto coordenado pelo Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, relativo à 1ª posição – Condicionantes e Oportunidades

3.7. O Sr. Presidente fez um ponto de situação relativamente ao pedido de informação aos Municípios, sobre o estado de conservação dos bens imóveis do património cultural dos mesmos:

- Antecedentes: na sequência de pedido de informação ao Secretário de Estado da Cultura sobre o estado do património cultural em Portugal, foi sugerido que se solicitasse também informação aos municípios;
- Os municípios têm questionado se estão apenas em causa os bens propriedade do município ou também propriedade do Estado ou de particulares, se devem incluir os bens classificados e também os que estão em vias de classificação e ainda sobre o que se consideram imóveis do património cultural;

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que deve ser salvaguardada a autonomia do poder autárquico, afirmando não se recordar de ter sido aprovada qualquer diligência a este respeito na Comissão.

O Sr. Presidente considerou que as respostas que forem recebidas deverão servir para dispormos de uma base para conhecer o património e sua conservação.

3.8. Foram apreciados os relatórios das audiências concedidas à Associação 8 séculos de Língua Portuguesa e à Ordem dos Psicólogos Portugueses, pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial, não se tendo registado quaisquer observações sobre os mesmos.

3.9. O Sr. Presidente comunicou que se encontram agendadas as seguintes audições sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar: 26 de fevereiro, 10h00, Doutor João Caraça (por videoconferência) e 11 de março, 15h00, Doutor Manuel Valsassina Heitor.

4. Audição do Doutor António Brandão Moniz, do Grupo de Estudos de Avaliação de Tecnologia-GrEAT), sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar - 10h00

O Professor António Brandão Moniz, investigador da Universidade Nova de Lisboa e do Grupo de Estudos de Avaliação de Tecnologia, fazia-se acompanhar da Professora Lia Vasconcelos, da mesma universidade, do Eng. Tomé Canas, da Brisa Inovação e do Dr. João Monteiro de Matos (CESNOVA).

Fez inicialmente uma resenha daquilo que o [Grupo de Estudos de Avaliação de Tecnologia](#) (rede nacional de especialistas em avaliação de tecnologia) tem feito no âmbito da avaliação de tecnologia e referiu as relações mantidas com a rede EPTA (European Parliamentary Technology Assessment).

Referiu que os investigadores Gonçalves e Caraça apresentaram em 1987, quando trabalhavam na ex-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, um trabalho sobre avaliação de tecnologia, que foi o precursor dos trabalhos nesta área. Em 2009 a Universidade Nova de Lisboa iniciou o Programa Doutoral em Avaliação de Tecnologia e a colaboração com o Instituto de Avaliação de Tecnologia e Análise de Sistemas dum Instituto de Tecnologia da Alemanha. Defendeu que aquele Programa é pioneiro, em Portugal e único com este âmbito.

Informou que desde 2000 se têm verificado avanços em relação a esta matéria em várias universidades e passou a existir um envolvimento em redes e projetos europeus.

Indicou que em 2010 foi criado o Grupo de Estudos, institucionalizando a rede de avaliação de tecnologia, em 2011 começou a colaboração com o projeto europeu PACITA, [Parliaments and Civil Society in Technology Assessment](#) e em 2013 foram reconhecidos como entidade observadora da EPTA. Identificou os 5 grupos de trabalho que possuem e prestou informação sobre as relações que têm mantido com deputados da Assembleia da República, que têm até participado em algumas das suas atividades.

Referiu que pretendem associar todos os elementos do doutoramento e outras universidades, bem como a comunidade científica e o setor empresarial. Entregou ainda as folhas respeitantes a 12 projetos de avaliação. Referiu que existem outras entidades neste domínio, nomeadamente Observatórios, mas que têm uma intervenção mais a nível da administração de sistemas e não da sua avaliação, pelo que não tem sido feita avaliação tecnológica independente.

Em termos de conclusões, referiu que a avaliação de tecnologia tem uma relação forte com estudos sobre ciência e tecnologia, há uma articulação entre vários ramos de ciência, tem havido vários eventos nesta área, que não são apenas académicos, a rede do Gabinete de Estudos disponibiliza um conjunto de serviços, em particular relacionados com as investigações de pós-graduação e organizam eventos abertos à sociedade

Por fim, indicou que estão abertos, enquanto rede nacional, a disponibilizarem a informação que lhes for solicitada pela Assembleia da República e a organizarem junto com a EPTA qualquer atividade que seja pretendida.

De seguida, interveio a Deputada Isilda Aguincha (PSD), referindo que a Assembleia da República tem vindo a desenvolver diligências visando a avaliação tecnológica parlamentar, tendo referenciado a [Resolução n.º 60/2009, Aprofundamento das atividades da Assembleia da República nas áreas da ciência e tecnologia](#) e a existência de um Deputado Relator para esta temática.

Salientou a importância da decisão apoiada e informada a nível tecnológico e científico e indicou que se pretende dar sequência ao relatório do referido Relator, definindo um modelo a implementar na Assembleia da República, tendo em conta o contexto de contenção atual.

Questionou ainda a hipótese de recurso a uma plataforma para partilha, com acesso aos investigadores, com apoio da equipa do Professor António Moniz, para eventual evolução posterior para outra solução.

O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) realçou a importância da avaliação tecnológica e questionou qual o melhor modelo de avaliação – plataforma, gabinete, unidade orgânica - com base na experiência europeia e aquele que sugerem. Indicou ainda que em abril vai decorrer em Portugal uma reunião internacional no âmbito do Projeto PACITA, tendo uma parte dos trabalhos lugar na Assembleia da República, pelo que os mesmos serão um contributo importante para a reflexão desta matéria.

A Deputada Gabriela Canavilhas (PS) deu conta da sua participação numa reunião internacional sobre avaliação tecnológica, realçando a mais-valia da utilização desta avaliação e a necessidade de se encontrar uma forma consequente de a desenvolver.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) realçou que tem sido feito um trabalho importante de avaliação tecnológica a nível académico e da rede referida e que o Parlamento vai ponderar a matéria, tendo em conta os condicionalismos atuais.

O Deputado Luís Fazenda (BE) salientou que a Resolução da Assembleia da República apontava para a criação duma unidade orgânica e que feita a previsão de custos da mesma se

obteve um valor elevado, verificando-se uma dificuldade orçamental para a concretização dessa solução.

Nessa sequência, questionou quais as hipóteses para uma forma de relacionamento com a avaliação tecnológica parlamentar, tendo referenciado a hipótese de criação de um Grupo de Trabalho permanente com representantes dos vários Grupos Parlamentares e a construção de uma biblioteca digital que possa informar sobre a avaliação tecnológica, para a decisão política ser tomada com base na mesma.

Na sequência das intervenções, o Professor António Moniz transmitiu que compreende as limitações de criação de uma unidade orgânica, institucionalizada. Realçou ainda a importância da decisão informada sobre o impacto da tecnologia e os seus efeitos a vários níveis, nomeadamente, da saúde e de conflitos.

Fez depois uma breve resenha da evolução desta matéria, referindo que, inicialmente, nos Estados Unidos da América, desde a década de 1980, havia um gabinete no Congresso que desenvolvia estudos que informavam as decisões políticas. Depois a Europa e o Parlamento Europeu desenvolveram a avaliação tecnológica, enquanto o gabinete do Congresso americano foi suspenso. Na Alemanha existe um gabinete próprio no Parlamento, que não faz, mas encomenda estudos, na sequência de concurso, sobre várias matérias e tecnologias, bem como requer avaliações independentes. Referiu ainda que essas avaliações também podem ter opiniões divergentes, dando como exemplo o caso da co-incineração.

Salientou a importância da informação para esclarecer e ajudar a decisão e realçou que isso acontece em quase todos os parlamentos europeus, com uma unidade orgânica ou não. Quanto ao modelo a adotar, informou que a rede pode disponibilizar os resultados da investigação que está a fazer, no âmbito do programa de doutoramento e no da própria rede e bem assim que podem organizar um workshop e articular a participação da EPTA no mesmo, com representantes dos vários países e do Parlamento Europeu, para se discutirem as hipóteses a desenvolver, entendendo que a reunião de abril no âmbito do Projeto PACITA não permitirá uma discussão desenvolvida.

Reiterou a ligação com o Projeto PACITA e com a Coordenadora do mesmo, Mara Almeida. Por fim, indicou que a Assembleia da República pode solicitar investigação a desenvolver no programa de doutoramento e se podem encontrar várias soluções de apoio e avaliação tecnológica e mais relação com as instituições de investigação existentes.

A gravação da reunião e a documentação associada estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

5. Audição por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, da Associação Nacional dos Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT) e da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) sobre os riscos e ameaças a que o Sistema Tecnológico e Científico Nacional está sujeito - 11h00.

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) apresentou o requerimento, fazendo referência à evolução da ciência em Portugal e à nova estratégia de financiamento deste Governo, que considera estar a destruir o que tinha sido conseguido. Colocou, seguidamente, algumas questões, nomeadamente sobre a forma de atração dos investigadores, sobre a nova estratégia de financiamento da ciência e sobre a transparência dos concursos.

Os representantes da ABIC (Doutores Tiago Lapa, Maria Dávila e Tiago Domingues) começaram por afirmar que não foram envolvidos na nova estratégia traçada pelo Governo, cujas opções rejeitam, por entenderem que o sistema científico e tecnológico não existe sem uma política de suporte sustentável. Afirmaram que os recursos humanos estão hoje desmotivados e que se

torna difícil a atração de investigadores de top, verificando-se uma falta de confiança dos investigadores relativamente às instituições portuguesas.

Referiram-se à degradação da imagem da FCT, por parte de quem trabalha com esta instituição, e lamentaram a redução, sem precedentes, do número de bolsas individuais, cujo concurso deixou 5.000 candidatos fora do sistema e sem subsídio de desemprego.

Referiram-se ainda ao incumprimento de prazos de concursos e recursos, por parte da FCT, e também ao atraso no pagamento das bolsas, considerando inaceitável que a FCT disponha de um prazo de 60 dias úteis para efetuar o pagamento, o que leva a que alguns bolseiros recebam a sua bolsa apenas em abril.

Os representantes da ANICT (Doutores Nuno Cerca, João Lopes, Rui Travasso e Nídia Lourenço) consideraram não existir uma estratégia continuada de financiamento em recursos humanos na ciência em Portugal, associada a uma falta de promoção da excelência e de responsabilização dos agentes envolvidos. Referiram-se ainda a problemas de improvisação e amadorismo, relacionados com adiamentos de prazos, divulgação de informação e incumprimento do Código do Processo Administrativo.

Relativamente ao programa investigador FCT, entendem que não está a atrair investigadores, pese embora a ideia seja positiva. Entendem que as bolsas individuais da FCT constituem o pilar da investigação em Portugal, pelo que consideram que o momento atual corresponde a um retrocesso ao passado.

Defenderam a necessidade de reestruturação dos processos administrativos da FCT, de forma a evitar conflitos de interesses e falta de transparência, e entendem que a Comissão deve proceder à fiscalização rigorosa destes processos, no sentido de fazer cumprir a lei. Concluíram, defendendo a importância da estabilidade das carreiras e a necessidade de alteração do estatuto da carreira de investigação.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) destacou a importância da inovação e da investigação e a necessidade de estarem sustentadas em apoios financeiros, o que se torna, no entanto, difícil na atual conjuntura de restrições. Referiu-se à redução de investimento em ciência, registada entre 2009 e 2011, e ao investimento que tem sido efetuado desde 2011, apesar das dificuldades socioeconómicas. Relativamente à nova estratégia, sublinhou a definição de áreas prioritárias para o País, a tónica na qualidade e na excelência e o incentivo à captação de investigadores e à investigação no tecido empresarial. Terminou, sublinhando que a FCT apoia 11.500 investigadores em Portugal, direta ou indiretamente, e solicitou sugestões para um maior rigor e uma maior responsabilização.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que o Governo não tem revelado transparência ou exigência no tratamento destas matérias e afirmou que a estratégia definida pretende o desmantelamento do sistema científico e tecnológico e o afunilamento em áreas lucrativas. Fez referência à redução do financiamento em ciência que, entre 2010 e 2014 rondou os 82 milhões de euros, e à situação precária da maioria dos investigadores, sem a garantia de reconhecimento dos seus direitos de acesso à carreira.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) referiu-se aos problemas sociais decorrentes da crise atual, considerando que se prendem, não apenas com o futuro individual dos investigadores, mas com o futuro do País, cujos ativos estratégicos estão a ser desperdiçados. Sublinhou que tem lutado pela carreira de investigação científica em Portugal e lamentou que os bolseiros não sejam reconhecidos como trabalhadores, mas apenas para efeitos de redução da bolsa.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) afirmou que não se podem efetuar mudanças sem o envolvimento das pessoas e disse desconhecer para onde vai o dinheiro, visto que o Governo garantiu não existir desorçamentação nem desinvestimento em ciência, quando se verifica uma

redução muito significativa do número de bolsas e cortes ao nível das parcerias internacionais. Terminou, defendendo a necessidade de transparência na definição da estratégia.

Os representantes da ABIC manifestaram a sua perplexidade em relação à atual política científica, desconhecendo a estratégia das alterações em curso e a forma como é gasto o dinheiro. Afirmaram não compreender a opção por áreas prioritárias, dada a dificuldade de se definir o que é essencial, considerando, por isso, fundamental o restabelecimento do equilíbrio das várias ciências, que deverão ter uma expressão equitativa.

Terminaram, reafirmando que a ciência constitui um ativo altamente estratégico para o País, devendo, por isso, ser encarada numa lógica de futuro, com um financiamento adequado para os projetos e o reforço da dotação para as instituições e com condições dignas para os profissionais.

Os representantes da ANICT consideraram que a falta de estratégia para a área da ciência não pode ser atribuída exclusivamente ao Governo e à FCT, mas também à Assembleia da República. Entendem que o corte nas bolsas constitui um grave problema, mas não o único: referiram-se à falta de transparência da FCT e aos conflitos de interesses nos concursos, à contratação de medíocres, à necessidade de um sistema mais competitivo.

Terminaram, alertando para as repercussões do desinvestimento de que está a ser alvo a ciência e chamaram a atenção para a necessidade de a Assembleia da República fiscalizar os processos administrativos da FCT, uma vez que muitas das práticas impostas aos painéis de avaliação não estão a ser cumpridas.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) solicitou ao Sr. Presidente da Comissão que seja prestada informação sobre os esforços que a Comissão tem efetuado sobre esta matéria.

Os representantes da ANICT procederam, posteriormente, à entrega de um conjunto de documentos, relativos às matérias abaixo, que se encontram disponíveis na [página da Comissão](#), no processo da audição.

- Análise de qualidade dos painéis de avaliação de bolsas individuais FCT 2013;
- Inquérito painel imparcial de avaliação de bolsas individuais FCT;
- Bolsas FCT 2013;
- Plano para a excelência na investigação;
- Recomendações para futuro concurso FCT 2014;
- Carreira de Investigação Científica.

A documentação da audição da [ABIC](#) e da [ANICT](#) pode ser consultada na página da Comissão.

6. Petição n.º 332/XII/3.^a da iniciativa de MaisLisboa.org. que solicitam “Salvem o cinema Londres”.

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE; registando-se a ausência da Deputada do PEV.

Foi indicada como relatora a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

7. Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1380/2013 e o Regulamento (UE) n.º 1306/2013 no que respeita ao regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino **COM(2014) 32**.

Efetuada a apreciação liminar, a Comissão deliberou escrutinar esta iniciativa, tendo sido indicado como autor do parecer o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS). A apresentação do parecer foi agendada para a reunião de 11 de março de 2014.

8. Outros assuntos

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) solicitou o adiamento da apreciação da proposta do PS, de visita ao Instituto de Odivelas (IO) e ao Colégio Militar (CM), propondo que a Comissão de Defesa Nacional se pronuncie em primeiro lugar, o que foi aceite.

9. Data da próxima reunião

Dia 19 de fevereiro de 2014 – 18h00

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de fevereiro 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Emília Santos
Jacinto Serrão
Maria Gabriela Canavilhas
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Conceição Caldeira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia